

A IMPLEMENTAÇÃO DE FUNDOS SOLIDÁRIOS COMO ESTRATÉGIA DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM ÁREAS RURAIS NA AMAZÔNIA: O CASO DO FUNDO SOLIDÁRIO AÇAÍ EM PORTEL/PA

Katiuscia Fernandes Miranda

Instituto Internacional de Educação do Brasil /kfernandes@iieb.org.br

João Daltro Paiva

Instituto Internacional de Educação do Brasil /daltro@iieb.org.br

Manuel Amaral Neto

Instituto Internacional de Educação do Brasil /manuel@iieb.org.br

Romier da Paixão Sousa

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará /romier.sousa.ifpa@gmail.com

Teofro Lacerda

Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Rio Acutipereira /teofro2009@gmail.com

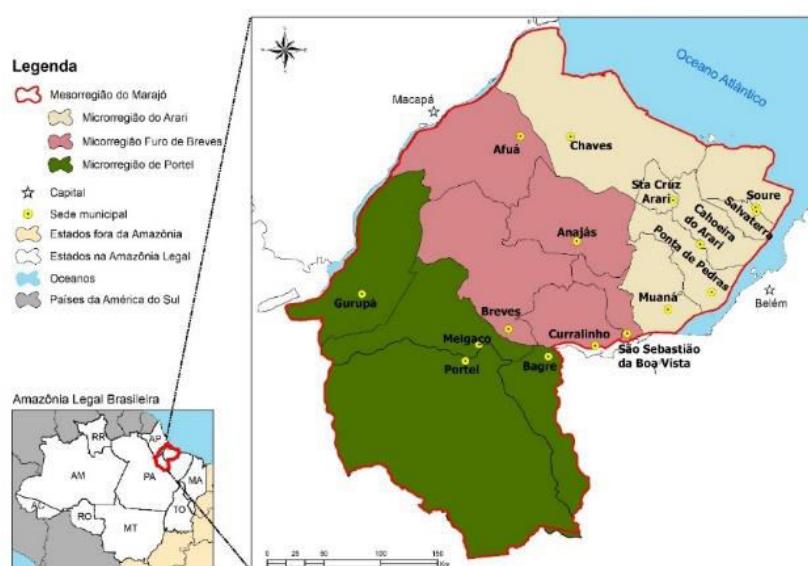
Área Temática: Desenvolvimento Rural Sustentável, Tecnologias Sociais e Políticas Públicas

Modalidade: Resumo Expandido

Introdução

A Mesorregião Geográfica do Marajó, segundo o IBGE (2010), é composta por 16 municípios do Estado do Pará, totalizando uma extensão territorial de 104.140,00 km² e um contingente populacional de 487.161 mil habitantes, a maioria vivendo em áreas rurais. A figura 1 abaixo apresenta, além da delimitação da mesorregião do Marajó, as três microrregiões geográficas que compõem o território: microrregião do Arari (composta pelos municípios de Chaves, Santa Cruz do Arari, Soure, Salvaterra, Cachoeira do Arari, Ponta de Pedras e Muaná), a microrregião do Furo de Breves (composta pelos municípios de Afuá, Anajás, São Sebastião da Boa Vista, Breves e Curralinho) e a microrregião de Portel (composta pelos municípios de Gurupá, Melgaço, Bagre e Portel).

Figura 5 – Mapa da Mesorregião Geográfica do Marajó



Fonte: IEB, no prelo (2017)

Em 1989, o governo do estado do Pará constituiu a Área de Proteção Ambiental (APA) **Arquipélago do Marajó com extensão territorial de 59.044,00 km²** (57% da mesorregião do Marajó), englobando as microrregiões geográficas do Arari e do Furo de Breves. Além disso, em 2012, com o objetivo de regular a atividade florestal na microrregião de Portel, historicamente uma região com grande potencial florestal no Estado, o Governo editou o Decreto 579, de 30 de outubro de 2012, destinando para uso sustentável das comunidades tradicionais do município de Portel 514.924 mil hectares de terras em cinco glebas (Acangatá, Alto Camarapi, Joana Peres II, Jacaré-Puru e Acuti Pereira) – antes consideradas devolutas porque eram de jurisdição do Estado, mas não tinham sido arrecadadas.

Essa medida foi importante para controlar a exploração ilegal de madeira na região. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (INPE) coletados pelo Projeto Monitoramento do Desmatamento das Formações Florestais da Amazônia Legal - PRODES (INPE, 2017), quando colocado em comparação com os outros municípios da mesorregião do Marajó, o município de Portel lidera o ranking do desmatamento com 1.730 Km², muito mais que o dobro do segundo colocado, o município de Breves, que registrou 541 Km² de área desflorestada. Este cenário de exploração intensivados recursos florestais não é exclusivo da história recente de Portel, vindo desde a colonização portuguesa e até mais recentemente com a intensificação da exploração madeireira a partir da década de 70 (FASE, 2006).

No caso específico da comunidade Santo Ezequiel Moreno cabe destacar o impacto da exploração do palmito de açaí (*Euterpe Oleráceae*) em sua relação direta com uma estrutura social de produção alavancada no período de extração intensa da borracha silvestre (século XIX), mas que perdura até os dias de hoje na dinâmica do trabalho extrativista.

O presente artigo vai apresentar os resultados da sistematização de experiência do Fundo Solidário Açaí implementado, desde 2010, pela comunidade de Santo Ezequiel Moreno, localizada na Gleba Acuti-Pereira. Uma iniciativa genuinamente comunitária e que tem contribuído para o empoderamento e fortalecimento da comunidade frente aos conflitos socioambientais latentes na região.

Metodologia

A sistematização da experiência foi baseada nas reflexões apresentadas por Holiday (1996) a partir de seus trabalhos realizados em diversos países da América Latina. Sua concepção de sistematização de experiências tem origem nos trabalhos de educação popular e se insere dentro de uma lógica de produção de conhecimentos, não a partir de centros de pesquisas ou de ensino especializado e sim a partir das experiências vividas pelos grupos sociais. Neste caso, a sistematização implica no ordenamento, reconstrução e análise crítica dos processos vividos pelos grupos, pessoas e organizações locais.

Assim, o processo teve como objetivo sistematizar a iniciativa do Fundo implementado pela comunidade Santo Ezequiel Moreno, do Rio Acuti Pereira, em Portel (PA), de forma a refletir sobre as estratégias da comunidade voltadas para a sustentabilidade socioambiental da comunidade em seu território. Como essa iniciativa é um processo sobre o qual interferiram múltiplos fatores, fez-se necessário definir um recorte temático para a sistematização, uma vez que não era possível sistematizar a experiência como um todo, em sua complexidade e riqueza.

A opção, nesse caso, foi abordar a relação entre as estratégias de gestão e as parcerias estabelecidas pela comunidade como os eixos temáticos da sistematização. Em termos prático-metodológicos foram realizadas pesquisas em documentos de base secundária, entrevistas com atores externos que colaboraram ou acompanharam o desenvolvimento da

experiência, uma entrevista coletiva com a Equipe de Coordenação do Fundo, uma Oficina de Sistematização Participativa com os membros da comunidade nos dias 2 a 3/3/2017, com a participação de 34 adultos e 17 crianças, assim como realizou-se uma reunião de restituição dos resultados da sistematização, ocorrida na comunidade de Santo Ezequiel Moreno, no dia 28 de junho de 2017.

Resultados/Discussões

A maioria dos relatos internos e externos coletados durante o processo de sistematização da experiência indica como ponto de inflexão no processo de constituição do fundo a busca por responder à necessidade de melhorias na infraestrutura da comunidade, devido ao alto grau de dificuldades de acesso e mobilidade dentro da área, o que, por sua vez, acarretava às famílias um aumento da penosidade, tanto no aspecto do trabalho agrícola-extrativo quanto do convívio social.

Em que pese as dificuldades de mobilidade, em 2010, o açaí produzido na comunidade já se destacava pelo volume produzido dentro do município, por conta de que a comunidade havia tomado a decisão de deixar de lado a exploração do palmito e só cortar o palmito quando fosse por conta do manejo de açaí. Com essa mudança na prática produtiva, a produção aumentou, os ganhos financeiros também e os açaizais estavam sendo conservados.

Estavam dadas as condições para mais um salto qualitativo na comunidade: internalizar uma parte do recurso financeiro gerado pelo açaí para a melhoria das condições de vida da comunidade, gerar bens e serviços que pudessem servir a todos, gerar bens comuns. A solução veio a partir de uma iniciativa simples: cada comunitário contribuir com um valor por cada lata de açaí coletada (inicialmente foi R\$ 1,00 e hoje é R\$ 2,00), formando uma “poupança coletiva”.

Assim a constituição do Fundo Açaí se inscreveu inicialmente numa estratégia de solução autônoma da comunidade frente às ausências de políticas públicas ou sua baixa efetividade, a qual passou pela decisão de fazer com que os recursos financeiros gerados pela floresta ficassem na própria comunidade, porém numa lógica de internalização coletiva, de aquisição de bens e serviços de uso comunitário.

De certa forma, tratou-se de uma medida extrema de crítica prática à forma como algumas políticas públicas são operadas no Marajó e no próprio município ou como os recursos públicos são privatizados aos interesses de determinados grupos políticos locais e regionais, ao ponto que só alcançam as pessoas e comunidades por meio de relações clientelistas e paternalistas. A comunidade fez uma fala concreta de que a espera pela “chegada” das políticas não tem razão de ser, seja pela vontade política de não fazer acontecer, por incompetência ou por negligência do poder público.

Em 2012 foi concluída a ponte de 690 metros, construída com recursos do fundo e que liga a área de várzea – onde estão localizadas as casas dos comunitários – com a área de terra-firme – onde estão localizadas as roças. Ela aparece como o maior sinal de sucesso do Fundo Açaí. Um verdadeiro salto logístico dentro da comunidade que possibilitou uma série de outras melhorias, mas também validou a viabilidade do Fundo no interior da comunidade e demonstrou sua potencialidade transformadora.

Ao longo dos anos, os comunitários foram entendendo que o fundo também poderia ajudar no enfrentamento dos problemas maiores do território e não só as situações específicas da comunidade. Nesse sentido, o fundo foi se conformando e contribuindo na estratégia

dedefesa do território, possibilitando apoios para à participação de comunitários em espaços de discussão de políticas públicas, em formação e capacitação, na articulação de parcerias. Importante destacar que o “Fundo não é tudo”, a comunidade demonstrou possuir várias estratégias, outras formas de atuação para fazer o enfrentamento às ameaças ao território ou com os agentes públicos. Porém, o Fundo também revelou-se como uma estratégia de apropriação territorial, de permanência na comunidade, de afirmação de posse.

Considerações Finais ou Conclusões

Para o conjunto de entrevistados que participaram do processo de sistematização o maior desafio do Fundo Açaí é ampliar sua capacidade de replicação, sua capacidade de convencimento junto à outras comunidades do município e até mesmo do Marajó. Porém, mais do que um desafio, parece tratar-se de uma expectativa destes atores externos em relação à experiência vivida, ou seja, em sua percepção a compreendem como uma iniciativa que efetivamente possibilita transformações sociais e empoderamento da comunidade e que, como tal, poderia vir a contribuir com mais comunidades e organizações no município.

No âmbito dos comunitários o desafio se dá quanto à permanência da motivação entre os participantes em relação ao compromisso de doarem o valor financeiro para cada lata colhida, trata-se portanto da exigência do trabalho permanente em manter ativos aqueles valores intangíveis que deram base à experiência – “solidariedade e confiança” – e ao mesmo tempo, aprimoram os processos de transparência e informação da comunidade acerca do andamento da gestão dos recursos e sua aplicação nos investimentos definidos comunitariamente.

Há, ainda um desafio igualmente complexo e de magnitude amazônica. Trata-se da disputa pela posse e uso dos recursos naturais, que não dá sinais de retroceder, ao contrário, os conflitos em torno da terra, da água e das florestas se acirraram na conjuntura recente, ao mesmo tempo em que o marco legal do uso e posse dos territórios vem sofrendo pressões para alterações que avançam sobre os direitos que as populações destes territórios possuem. Assim, um desafio é inserir cada vez mais o Fundo como uma das estratégias de defesa territorial da comunidade, mas não a única. De fato, ainda que o Fundo seja relevante na estratégia da comunidade, mas não foi só o fundo, as outras estratégias vieram ajudar no enfrentamento dos problemas da comunidade.

Agradecimentos (opcional)

Agradecemos primeiramente à comunidade de Santo Ezequiel Moreno pela luta incansável na busca pela melhoria da qualidade de vida das famílias. Ao Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e ao Fundo Socioambiental da Caixa pela oportunidade em desenvolver o trabalho de grande relevância e importância para o fortalecimento do desenvolvimento rural sustentável na Amazônia.

Referências Bibliográficas

HOLIDAY, Oscar Jara. Para sistematizar experiências. Tradução: Maria Viviana V. Rezende. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996. 214p.

IEB. Embarca Marajó: Estratégias locais de inovação, fortalecimento e desenvolvimento sustentável. Org. Ruth Correa, Katiuscia Miranda, Maura Moraes. 2017. no prelo.

IBGE. Censo Demográfico, 2010. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 de jul. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS – INPE. Desmatamento na Amazônia Legal detectado pelo PRODES. Disponível em <http://www.dpi.inpe.br/prodesdigital/prodesmunicipal.php>, acessado em 21/2/2017, às 09:47 h.

FEDERAÇÃO DE ÓRGÃOS PARA A ASSISTENCIA SOCIAL E EDUCACIONAL – FASE. Diagnóstico Sócio-Econômico-Ambiental do Rio Acuti Pereira, Município de Portel, no Estado do Pará. 2006. sne.